

QUANDO O MITO SE TORNA VERDADE E A CIÊNCIA, RELIGIÃO¹

Róber Freitas Bachinski

Introdução

A aula de zoologia de mamíferos vai começar. Juliana atravessou a cidade, desceu de um ônibus, pegou outro e caminhou quatro quadras. Quando finalmente chegou, o professor já havia distribuído os materiais aos grupos. Os “materiais” eram as pinças, as placas de parafina, os bisturis, os alfinetes e os ratos. Alguns alunos disfarçaram o mal-estar diante da massa mole e fria que pouco antes, sabiam, compartilhava com eles funções fisiológicas semelhantes. Aqueles *Rattus norvegicus* haviam sido mortos “por eles”, para seus aprendizados. “Não se preocupem, ele foi criado para isso. Nunca viveu em outro lugar senão o biotério da universidade. Ele não está em extinção e não há outra maneira de aprender”, repetia o professor semestre a semestre. Havia quem se sentisse reconfortado por esta racionalização.² Alguns colegas já com experiência em estágio se conformavam: “quanto antes começar, mais cedo termina”. Também não interessa a ninguém virar alvo de chacota de colegas e professores.

Após o primeiro corte, que abria a pele através de uma incisão longitudinal no ventre, e a fixação dessa primeira camada do animal na placa de parafina com os alfinetes, todo o resquício de consciência dos alunos vai sendo expulso para dar lugar à imagem da musculatura que se expõe. Como aprender sem essa experiência? Não foram afinal os ratos criados para *aquilo*, sem sofrimento no processo da morte, já que o professor tinha o cuidado de deixá-los em outra sala, para não sentirem o cheiro e nem verem outros ratos morrerem? Esse cuidado era semelhante quando o professor rompia a medula espinhal, utilizando a

1 Esse trabalho vincula-se ao Projeto de Pesquisa “Estratégias Substitutivas às pesquisas e às aulas com animais” orientado pela Prof. Dra. Nádia Geisa Silveira de Souza, Professora do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

2 Ver “Os mecanismos de defesa” em Fenichel (2000, p. 131-155) e “Racionalização e idealização dos impulsos instintivos” (Ibid., p. 450-451).

técnica de *deslocamento cervical*,³ aconselhável por ser rápida e não ter contaminantes químicos nos tecidos.

Todos os alunos começaram a dissecar seus materiais, menos Juliana. Parado diante dela, o professor nada perguntou e a lembrou, já sem nenhuma simpatia na voz, que a aula valia nota. Ao prosseguir e dissecar a camada muscular, Juliana percebeu: era uma rata preinha. Tal como ela própria.

Histórias como essa acontecem todos os anos nas faculdades de ciências da vida, como biologia, veterinária e medicina. Brügger (2004, p. 74) relata que, ao ser forçada a dissecar um animal, durante a faculdade de biologia, ocorreu uma aversão visceral àquele procedimento. Outros colegas também compartilharam a mesma sensação e assumem nada terem aprendido, após o choque emocional.

Alunos que sentem desconforto ao utilizar animais vivos ou que foram mortos para as aulas pensam estar sozinhos. Eles não conhecem a maior parte do que já foi dito sobre animais em outro campo do conhecimento, a saber, a filosofia da moral. Na sua condição de aprendizes, confiam nos seus “mestres”, muitos dos quais tampouco conheceram discussões que se travaram durante séculos sobre as relações homem/animal no campo da ciência.

Foi pensando nesta situação que surgiu a ideia para este artigo. Primeiramente, faremos um retrospecto sobre a filosofia da moral relacionada aos animais para que possamos discutir as bases que sustentam o paradigma antropocêntrico atual da ciência. Após, então, refletiremos como e por que esse paradigma se perpetua através da educação no ensino superior.

1 Quando um mito se torna realidade

Lembro que, em alguma palestra de filosofia, ouvi uma comparação muito justa entre o filósofo e o arqueólogo. O filósofo, assim como o arqueólogo, desenterra conhecimentos. Retira sedimentos depositados pelo tempo e procura por teorias, ideias. Como um arqueólogo, ele busca compreender a história do mundo, para que possa entender o mundo como o conhecemos, buscando as discontinuidades nos pensamentos. Os arqueólogos buscam formar uma linha de evolução cultural ou biológica, através de resquícios materiais, enquanto que o filósofo busca uma linha de evolução teórica, através de pensamentos que chegam até nós nem sempre completos e, muitas vezes, por citações de outros autores. O que tentarei aqui não será, na grande parte, desenterrar os pensamentos, mas, principalmen-

3 A técnica de deslocamento cervical consiste em “segurar a cauda do animal com uma das mãos e, com a outra, apoiar uma pinça cirúrgica ou objeto similar, transversalmente sobre sua região cervical” (RHODEN et al, 2006, p. 55-56).

te, expô-los. Lembro que considerava as primeiras aulas de filosofia de que participei massantes, desinteressantes, porque se baseavam apenas numa leitura sobre o pensamento de filósofos, que, para um aluno de segundo grau, já nada tinham a ver com o nosso mundo. O que um tal pensador que viveu há mais de dois milênios pode ter a ver como o pensamento atual? Como que teorias sobre as qualidades das almas em Aristóteles têm a ver com o nosso mundo? Talvez eu pensasse assim pela incapacidade do professor de fazer ligações com pensamentos práticos e atuais, mas é mais provável que esse pensamento se originasse da minha imaturidade sobre os problemas atuais.

Quero deixar claro que acho essa exposição e, de certa maneira, esse trabalho de arqueólogo sobre a história da filosofia, muito importante para analisarmos o pensamento atual sobre os animais. As ideias não são substituídas por outras e enterradas para sempre, mas elas continuam vivas, como um pano de fundo, nos pensamentos posteriores. Se percebermos esse pano de fundo, veremos que muito da história se repete, inclusive na contemporaneidade. Os pensamentos novos possuem uma base antiga. Conseguiremos, então, entender melhor quais foram e serão as críticas a esses pensamentos.

Assim, através desse trabalho de arqueólogos, notaremos que a visão atual dos animais ainda é, majoritariamente, um seguimento da visão aristotélica que foi jogada para a contemporaneidade pelos filósofos da igreja e colocada na ciência por Descartes. O pensamento de tantos outros filósofos, desde Porfírio a Schopenhauer, foi esquecido, enterrado, talvez por não ser vantajoso aos interesses da nossa inércia comportamental. Hoje, na escrita de filósofos como Peter Singer, começa a ganhar força, fazendo ressurgir questionamento sobre o aprendizado dos animais em Aristóteles, Porfírio e Voltaire. Sobre seus sentimentos e a consciência sensitiva já estudadas pelo primeiro e retomada por tantos outros, como Bentham, que teve grande influência no pensamento sobre a senciência animal de Singer. Com essa base, poderemos alicerçar as críticas ao sistema atual da relação humana com os animais, ainda baseada numa crença mítica e antropocêntrica, que coloca um abismo ao tentar separar os homens dos outros animais.

2 Dos deuses ao Deus

Em uma época que tudo era explicado pela ilusão, onde as pessoas viviam e acreditavam nas estórias passadas de gerações em gerações, sem nunca questionarem a lógica desses contos, reflexões começaram a acontecer, causando a quebra da explicação do mundo pela mitologia e abrindo o caminho do pensamento, dos “porquês”, da filosofia. Foi nesse ambiente, em que começaram as reflexões lógicas, que também nossa re-

lação com os animais foi questionada. Pitágoras conviveu com a passagem da explicação mítica do mundo para a explicação racional, provavelmente no século VI a.C. É atribuído a ele os primeiros questionamentos sobre os animais. Para Pitágoras, como herança do pensamento mítico e que ainda faz parte do pensamento contemporâneo, os seres possuíam uma dualidade corpo/alma e ele classificava a alma de todos os animais como sendo do mesmo tipo. Acreditando na reencarnação eterna, almas humanas poderiam reencarnar em animais e vice-versa. Com isso, aumentava o sentimento de empatia pelos animais. Assim, nada que não fosse certo para com o homem era certo para com os outros animais, influenciando principalmente a alimentação (PAIXÃO, 2001). O conceito de alma nos animais estivera como centro da discussão ética até o iluminismo. Platão consentia a ideia de alma nos animais, porém não acreditava na reencarnação de animais em humanos, apenas o contrário. Assim os animais possuíam uma alma com princípios racionais, dos humanos (Ibidem). Vinculou-se aí o conceito de alma à razão.

Se Platão vinculou a alma à razão, foi Aristóteles que predestinou os habitantes do mundo ocidental conforme a excelência de suas almas. A hierarquização do poder e do mundo, descrito principalmente na obra moral *Política*⁴ (1997), abriu um novo pensamento: da dominação. A distribuição do poder não é horizontal, mas verticalizada e, sendo o homem (gênero masculino) livre, o topo da escala.

2.1 A escala de Aristóteles: separando o mundo moral entre livres e escravos

Aristóteles escreveu sobre vários temas. Ele fez importantes considerações sobre a democracia, e também é ele o considerado Pai da Biologia, por diversos estudos nesse campo. Mas foi em obras morais, destinadas às reflexões humanas e à organização das cidades, que essa hierarquização aparece. Na obra já citada, ele afirma que “todos possuem as várias partes da alma, mas possuem-nas diferentemente, pois o escravo não possui de forma alguma a faculdade de deliberar, enquanto a mulher possui, mas sem autoridade plena, e a criança a tem, posto que ainda em formação” (p. 32). Segundo ele, todos deve-

4 Hoje, encontramos em diversos livros e obras acadêmicas citações da suposta obra *Animals and slavery*, de Aristóteles, porém não há registro dessa obra. O erro ocorreu quando Singer e Regan (1989) citaram o livro *Política*, de Aristóteles, colocando nas referências bibliográficas o outro título. Essa falta de cuidado em citar uma referência gera muitas confusões, principalmente em leitores desavisados que, sem o apoio da obra original dos autores, buscam a obra de Aristóteles com o primeiro título. Esse erro também ocorreu quando os mesmos autores citaram o livro *Animals are machines*, de Descartes, no lugar de *Discurso sobre o método*.

riam servir ao homem (do gênero masculino) livre, pois apenas este era possuidor de uma alma plena.

Para Aristóteles (1997), havia uma aproximação entre um escravo e um animal, pois ambos serviam apenas para prestar serviços corporais. O escravo “participa da razão somente até o ponto de apreender esta participação, mas não a usa além deste ponto” (p. 19), enquanto os outros animais não eram capazes sequer desta apreensão, obedecendo somente a seus instintos.

2.2 A contradição do pressentimento: instinto ou discernimento

A noção de que alguns seres agem apenas por instinto ou a partir de sensações aparece em Aristóteles como um importante elemento para diferenciar e posicionar os seres vivos e dentre eles os animais. Na obra *Ética a Nicômacos*, segundo ele, a sensação, o pensamento e o desejo são os três elementos da alma que governam uma ação refletida e a percepção da verdade. Os animais, por possuírem apenas o primeiro deles, não pensam, pois “a sensação não origina qualquer ação refletida; isto se evidencia pelo fato de os animais irracionais terem sensações, mas não agirem refletidamente” (ARISTÓTELES, 1992, p. 113-114). Porém, nessa mesma obra, quando ele discute sobre o discernimento como uma característica da alma, coloca-o como uma qualidade racional. Para o filósofo, o discernimento leva à verdade no tocante às ações relacionadas com os bens humanos e é característico de uma pessoa que é capaz de deliberar acerca do bom e conveniente para si mesma. É uma forma de excelência da parte da alma que forma opiniões, pois a opinião se relaciona com o que é variável, da mesma forma que o discernimento. Mas não é apenas uma qualidade racional, pois podemos deixar de usar uma faculdade puramente racional, mas não o discernimento (ARISTÓTELES, 1992). Assim, nessa mesma obra, Aristóteles apresenta uma outra visão sobre os animais, quando diz que “por isto dizemos que mesmo alguns animais inferiores têm discernimento – por exemplo, aqueles que têm uma espécie de poder de pressentimento a respeito de sua própria vida” (p. 116-119). Mais adiante, ele continua: “Realmente, o fato de todos os seres – tanto os animais irracionais quanto as criaturas humanas – buscarem o prazer é um indício de que ele é de algum modo o bem supremo” (p. 149). Desse modo, ele também mostra outro pensamento sobre essa questão, pois caracteriza os animais como possuidores de razão e, talvez, um limitado livre arbítrio, não apenas como seres que se comportam somente a partir de seus instintos.

2.3 A alma dos animais e suas potências: um estudo sobre a consciência sensitiva

Em *Tratado del alma*, Aristóteles (1944) assume que todo ser vivente possui alma, pois “a alma é desse modo a essência dos corpos animados. Que seja a essência, é evidente; porque a essência é, em todas as coisas, a causa de suas existências”⁵ (p. 117). Assim, para poder desenvolver o raciocínio sobre a Alma, ele a classifica em potências que são: a nutritiva, a apetitiva, a sensitiva, a de se mover localmente e a intelectual. As plantas só teriam a faculdade de se nutrirem, enquanto que os outros seres viventes teriam, além desta, a faculdade de sentir e a apetitiva (pois quem sente possui também a faculdade apetitiva) (p. 109). Nesta obra, Aristóteles insinua que, possivelmente, apenas os homens (seres humanos) possuiriam a capacidade de raciocinar e o entendimento. Para Aristóteles, “alguns animais possuem, além dessas qualidades (nutritiva, apetitiva e sensitiva) a do movimento local; outros, a de raciocinar e o entendimento, p. e., o homem, e se é que existe algum outro ser semelhante ou superior a ele”⁶ (p. 111).

Porém, ao tratar da faculdade motora em *Tratado del alma*,⁷ Aristóteles classifica, novamente, o discernimento como obra do intelecto e da sensação, sendo que os animais poderiam possuir essas duas capacidades e a qualidade de movimento local. Assim, torna-se possível pensar que, para Aristóteles, pode haver nos animais, como já discutimos na leitura da obra *Ética a Nicômacos*, um discernimento, como qualidade racional, dentro da qualidade sensitiva da alma. É importante notar que, em *Tratado del alma*, ao se dedicar à faculdade racional ou ao chamado entendimento, Aristóteles escreve que “o entendimento teórico não pensa nada que se refira à prática”⁸ (p. 243). Ao que parece, ele não descarta que questões objetivas relacionadas com a ação dos animais sobre o mundo e sua sobrevivência não façam parte da alma de outros animais, mas, para ele, os animais não possuiriam a qualidade da alma responsável pela capacidade reflexiva. Os animais possuiriam consciência sobre as ações do mundo, porém não refletiriam sobre essas ações. Zingano (1998), em um ensaio sobre *De Anima III 4-5*, vai dizer que para Aristóteles “embora a consciência que acompanha toda percep-

5 Tradução realizada por mim. Original: “...es causa por quanto es la esencia de los cuerpos animados. Que sea la esencia, es evidente; porque la esencia es en todas las cosas la causa de su existencia” (p. 117).

6 Tradução realizada por mim. Original: “Algunos animales tienen además de estas cualidades [la nutritiva, la apetitiva y la sensitiva] la del movimiento local; otros, la de raciocinar y el entendimiento, p. e. el hombre, y si es que existe algún otro ser semejante o superior a él” (p. 111).

7 Ver página 239 de *Tratado del alma*.

8 Tradução realizada por mim. Original: “el entendimiento teórico no piensa nada que se refiera a la práctica” (p. 243).

ção seja uma atividade estritamente mental, ela estende-se a todas as atividades, inclusive as corporais” (p. 115). Assim, mesmo que a consciência em Aristóteles seja considerada uma qualidade peculiar da atividade mental, ela já ocorre nos animais (pois eles possuem sensibilidade). Para Zingano, segundo Aristóteles: “se algo sente, então é consciente que sente, sente que sente; todo aquele que vê vê que vê” (1998, p. 115-116). Conforme o autor, “O homem usa nomes para conhecer e pronomes para a consciência; os animais não têm nomes nem pronomes, mas discriminam objetos a que correspondem nomes e sentem que sentem, a que correspondem pronomes. [...] Quando o animal sente que sente, há uma reflexividade sensitiva, que carece, porém, de distinção aspectual ou intencional” (Ibidem, p. 116). Em *Tratado del alma*, Aristóteles considera que os animais possuíam consciência sobre as sensações.

2.4 Porfírio e o reconhecimento da razão animal em Aristóteles

A visão sobre o psiquismo dos animais, em Aristóteles, torna-se mais visível quando lemos a obra *Historia animalium*. Essa obra pode ser considerada a primeira obra de zoologia, na qual ele classifica e descreve os animais no que se refere à anatomia e ao comportamento. Especificamente nos livros VIII e IX dessa obra, encontramos considerações que, para nós, possuem maior relevância.

Na grande maioria dos animais há vestígios de qualidades ou atitudes psíquicas, qualidades que são mais marcadamente diferenciadas no caso dos seres humanos. Assim como nós assinalamos semelhanças nos órgãos físicos, também em um certo número de animais nós observamos mansidão ou ferocidade, brandura ou temperamento mal-humorado, coragem ou timidez, medo ou confiança, espírito elevado ou baixa astúcia, e, a respeito da inteligência, algo equivalente à sagacidade. Algumas dessas qualidades no homem, em comparação com as qualidades correspondentes nos animais, diferem apenas quantitativamente: isto é, um homem tem mais ou menos destas qualidades, e um animal tem mais ou menos de algumas outras; outras qualidades no homem são representadas por analogia e não idênticas: por exemplo, tal como no homem encontramos conhecimento, sabedoria e sagacidade, também em certos animais existem algumas outras potencialidades naturais semelhantes a estas. A verdade desta declaração será mais claramente apreendida se considerarmos os fenômenos da infância: nas crianças podem ser observados os vestígios e as sementes daquilo que um dia será estabelecido em hábitos psicológicos, no entanto psicologicamente uma criança como tal quase não se diferencia de um animal; portanto é perfeitamente justificável se afirmar que, no que se refere ao homem e animais, certas qualidades psíquicas são idênticas entre si, enquanto outras se pare-

cem, e outras são análogas umas às outras (Aristóteles, 2001, Livro VIII, x7v).⁹

Assim, Aristóteles compara a capacidade cognitiva de um animal com a de uma criança e coloca que as diferenças dessas capacidades, entre animais e humanos, são apenas quantitativas e não qualitativas. Nesta obra, destinada à análises comportamentais, não encontramos nenhum abismo colocado por Aristóteles, que separe todos os humanos de todos os outros animais. E ainda ele, também, diferencia os animais com capacidades cognitivas elevadas, que conseguem viver em sociedade, daqueles que apenas, aparentemente, agem por instinto, quando diz que “alguns animais, assim como as plantas, apenas se reproduzem em temporadas definidas; outros animais ocupam-se também na procura de comida para os jovens, e depois que eles são criados desistem deles e não mantêm mais relações; outros animais são mais inteligentes e dotados de memória, e vivem com os seus filhos durante um período mais longo e de uma forma mais social” (Ibidem, x8r)¹⁰. Aristóteles acrescenta, também, outras noções à capacidade de aprendizado dos animais, atividade vista como possível somente através da razão, a qual nenhum animal realizaria apenas pelo instinto: “Alguns [animais] também são capazes de dar ou receber instruções uns dos outros ou do homem: aqueles que têm a faculdade de audição, por exemplo; e, para não limitar o assunto ao som audível, também podem diferenciar os significados sugeridos de palavras e gestos” (Ibidem, Livro IX, 1)¹¹.

9 Tradução realizada por mim. Original: “*In the great majority of animals there are traces of psychical qualities or attitudes, which qualities are more markedly differentiated in the case of human beings. For just as we pointed out resemblances in the physical organs, so in a number of animals we observe gentleness or fierceness, mildness or cross temper, courage, or timidity, fear or confidence, high spirit or low cunning, and, with regard to intelligence, something equivalent to sagacity. Some of these qualities in man, as compared with the corresponding qualities in animals, differ only quantitatively: that is to say, a man has more or less of this quality, and an animal has more or less of some other; other qualities in man are represented by analogous and not identical qualities: for instance, just as in man we find knowledge, wisdom, and sagacity, so in certain animals there exists some other natural potentiality akin to these. The truth of this statement will be the more clearly apprehended if we have regard to the phenomena of childhood: for in children may be observed the traces and seeds of what will one day be settled psychological habits, though psychologically a child hardly differs for the time being from an animal; so that one is quite justified in saying that, as regards man and animals, certain psychical qualities are identical with one another, whilst others resemble, and others are analogous to, each other*”.

10 Tradução realizada por mim. Original: “*Some animals, like plants, simply procreate their own species at definite seasons; other animals busy themselves also in procuring food for their young, and after they are reared quit them and have no further dealings with them; other animals are more intelligent and endowed with memory, and they live with their offspring for a longer period and on a more social footing*”.

11 Tradução realizada por mim. Original: “*Some also are capable of giving or receiving instruction-of receiving it from one another or from man: those that have the*

A respeito da capacidade de aprendizagem dos animais no livro I da *Metafísica*, Aristóteles vai dizer, ainda, que:

A razão é que ela é, de todos os sentidos, o que melhor nos faz conhecer as coisas e mais diferença nos descobre. Por natureza, seguramente, os animais são dotados de sensação, mas, nuns, da sensação não se gera a memória, e noutros, gera-se. Por isso, estes são mais inteligentes e aptos para aprender do que os que são incapazes de recordar. Inteligentes, pois, mas sem possibilidade de aprender, são todos os que não podem captar os sons, como as abelhas, e qualquer outra espécie parecida de animais. Pelo contrário, têm faculdade de aprender todos os seres que, além da memória, são providos também deste sentido. Os outros [animais] vivem portanto de imagens e recordações, e de experiência pouco possuem (p. 11).

Mas foi, principalmente, em *História animalium*, muitas vezes esquecida pelos filósofos da moral e relegada apenas às ciências naturais, que Porfírio, em *Sobre la abstinência* (1984), baseou-se para comparar e mostrar as semelhanças anatômicas entre os órgãos sensoriais e a estrutura em geral dos animais e dos homens, como, também, entre as doenças e as habilidades dos mesmos, visando com isso igualar os tratamentos entre os humanos e animais.¹² Porfírio, ao saber que seu discípulo, Firmo, voltou a se alimentar de animais, escreveu defendendo a inclusão dos animais no círculo da moral. Ao discutir principalmente os argumentos dos estóicos, que consideravam os animais desprovidos de razão por não falarem como os humanos, Porfírio defendeu que os animais se comunicam, porém apenas com uma linguagem diferente. Como habitantes estrangeiros que não sabem grego. Observou que muitos animais não emitem sons (não falam), não por não pensarem, mas porque não possuem aparelhos anatômicos para isso. Diz, também, que os animais são capazes de aprender, tanto com eles próprios quanto com os homens, identificando o que o homem quer dizer pelos seus gestos, palavras e tom da voz.¹³

Para Porfírio, talvez baseado na obra *Historia animalium*, Aristóteles era alguém que considerava os animais como seres racionais, segundo ele “Aristóteles, Platão, Empédocles, Pitágoras, Demócrito e quantos se preocuparam em investigar a verdade sobre os animais e reconheceram que estavam dotados de razão” (Ibidem, p. 148).

Nesta obra, ele coloca então que “os animais são racionais, com uma razão imperfeita na maioria deles, mas não carentes completamente dela. E se a justiça se projeta sobre seres racio-

faculty of hearing, for instance; and, not to limit the matter to audible sound, such as can differentiate the suggested meanings of word and gesture”.

12 Ver páginas 147 à 175 de *Sobre la abstinência*.

13 Ver páginas 139 à 148 de *Sobre la abstinência*.

nais (...) como nós não vamos a ter também um sentimento de justiça para os animais? Às plantas, de fato, não faremos extensivo nosso sentimento de justiça pelo fato de que parece existir um grau de incompatibilidade com a razão” (Ibidem, p. 162).

Assim, Porfírio consegue, analisando uma obra entre as áreas biológicas, incluir os animais no círculo da moral. Mas, então, por que hoje, quase vinte séculos após, esse assunto ainda é tão polêmico e tão pouco aceito? Para isso, teremos que ver qual foi a visão dominante durante a Idade Média, ou seja, qual foi a visão dos filósofos da Igreja Católica. Assim analisaremos os dois principais filósofos da Igreja: Tomás de Aquino e Santo Agostinho.

2.5 A visão da Igreja sobre Aristóteles

Mesmo Porfírio conseguindo contornar as considerações de Aristóteles sobre a irracionalidade dos animais, presentes nas obras morais, e mostrando que este também considerava os animais racionais, essa visão não influenciou a posterioridade. A igreja cristã adotou a visão de Aristóteles como sendo os animais irracionais e desprovidos de quaisquer interesses. Não foi apenas em relação aos animais que essa visão foi adotada. Para a Igreja Católica, mulheres e escravos continuavam a ser subordinados aos homens livres. Foi adotada a visão teleológica sobre a existência de todas as espécies, cada ser com a finalidade de servir ao outro, sendo que todos deveriam servir ao ser dotado de razão, excluindo aí muitos humanos que não possuíam a “razão suprema”, entre eles escravos, mulheres, crianças e deficientes mentais (FELIPE, 2003, p. 43-44). Felipe (2003), sobre essa relação da razão com o poder, diz que

a razão nasce, para a ética e a política, como fator de exclusão da maioria absoluta dos seres humanos, os quais são seres das cadeias inferiores, para que melhor sirvam-se destes, os poucos (aristocratas) que se autoproclamam dotados daquele aparato tão raro e especial. Não é de graça que a filosofia de Aristóteles foi bem aceita e incorporada pelos romanos.

Santo Agostinho (354-430) incorporou a racionalidade no tratamento para com os animais na Igreja, aceitando a visão estoíca, que Porfírio tanto debatera, concordando que a vida e morte dos animais estava subordinada aos humanos (PAIXÃO, 2001). Porém, foi com Tomás de Aquino (1224-1274) que a suposta visão aristotélica de hierarquização moral das espécies se fortaleceu. Para Strathern, “ele [Tomás de Aquino] iria dedicar grande parte de sua vida à harmonização da filosofia de Aristóteles com a da Igreja. No final, conseguiu firmar o aristotelismo como base filosófica da teologia cristã” (1997, p 46-49). Considerando os interesses das pessoas em não refletirem seus atos

e sempre que possível justificá-los, não sei se harmonização seria a palavra correta. Infelizmente, parece que nem Santo Agostinho nem Tomás de Aquino leram *Historia animalium*, de Aristóteles, ou *Sobre la Abstinencia* de Porfírio. Acredito que, se eles tivessem encontrado essas obras, elas estariam citadas entre as obras proibidas pela Igreja Católica.

Além da visão utilitária dos animais de Tomás de Aquino, ele também dizia desnecessário preservar animais que não tinham utilidade para os seres humanos, assim esses poderiam ser caçados até a sua extinção (SALISBURY, 1998). Ele não afirmava que a crueldade para com os animais era errada, em si. Seu esquema de moral dividia as coisas erradas apenas em pecados cometidos contra Deus, contra si próprio e contra nossos semelhantes, excluindo, mais uma vez, seres não-humanos (SINGER, 2004). Para Tomás de Aquino, diz Singer (2004), “a única razão existente contra a crueldade com os animais é que ela pode levar à crueldade com seres humanos”. Singer completa que nenhum argumento poderia revelar mais claramente a essência do especismo.¹⁴

As ideias tomistas tiveram grande aceitação pela igreja e pela população no geral. Certamente elas favoreciam o interesse dos cidadãos, mantendo os costumes dos povos de subjugar os mais fracos.¹⁵

14 Termo cunhado pelo cientista e filósofo Richard D. Ryder em Oxford, 1973, para caracterizar o preconceito baseado em aparências do ser humano para com outras espécies. Tratar mulheres injustamente apenas por serem mulheres é machismo, explorar pessoas negras apenas porque elas são negras, racismo. Especismo é um preconceito semelhante a esses últimos, quando desconsideramos seres de outra espécie biológica apenas porque eles não são da nossa espécie. “Na prática, isso ocorre quando se abraça um preconceito contra animais só *porque são animais*. Os especismo é uma forma de chauvinismo porque consiste no tratamento inferior, discriminatório e diferenciado por parte dos membros de uma classe privilegiada (a ‘superior’) daqueles indivíduos que estão fora dessa classe, e para o qual não há uma boa justificativa. De fato, o especismo poderia ser visto como eticamente pior que o racismo e o sexismo, porque os animais são menos capazes de se defender e os mais facilmente vitimizados, se comparados com a situação dos seres humanos oprimidos. Como todo chauvinista, o especista pensa que os animais só têm valor ou nos impõem obrigações éticas na medida que eles atendem nossos interesses, propósitos, necessidades e preferências” (NACONECY, 2006, p. 69-70).

15 As teorias filosóficas a favor dos mais fortes sempre foram melhores aceitas. As mudanças sempre são penosas, principalmente quando elas mexem com nossos mais arraigados costumes, com o nosso sustento ou com o nosso “prato”, nossa alimentação. Questionar a exploração animal fere a esses três critérios e é muito difícil fazer as pessoas se distanciarem de seus interesses para pensar no interesse mais básicos de outros seres que sempre foram explorados. Esses questionamentos me surgiram apenas porque convivi com eles. Diferente das crianças e adolescentes de hoje, nas grandes cidades, que acreditam que os animais vivem em idílicas fazendas ou mesmo que o leite vem “da caixa” e que os ovos “da bandeja do super-mercado”, eu, aos meus quinze anos, resolvi cursar “Técnico em Zootecnia”. Sempre gostei de animais e achava que essa era a oportunidade de me aproximar mais deles, de os conhecer

3 Do Deus à Ciência

A Idade Média chegara ao fim, mas tanto a característica mítica do dualismo corpo/alma quanto a origem divina do homem

melhor. Na entrevista, para ser admitido no curso, expliquei que queria ajudar os animais, mas os professores que estavam me entrevistando não falaram que lá eu não aprenderia nada disso, apenas como produzi-los.

Lá estava eu estudando zootecnia. Eu objetivando salvar os animais, enquanto meus colegas, na maioria filhos de pecuaristas, queriam aprender a matá-los ou explorá-los de uma maneira que pudessem tirar mais lucro. Notei que os únicos animais que eu veria durante o curso seriam porcos, vacas, galinhas e ovelhas. Eu estava preso a uma sociedade que via neles apenas seres sem alma, como descrevera Aristóteles na Antiguidade. Máquinas, diria Descartes séculos depois. As porcas prenhas eram empurradas para a maternidade com o cabo da enxada e os filhotes tinham os rabos, as orelhas e os dentes cortados no quarto dia de vida, inclusive por mim. Esses mesmos filhotes, dez dias mais tarde, eram pendurados pelas pernas e, com o uso de lâminas de bisturi enferrujadas que mais rasgavam que cortavam, tinham seus testículos arrancados. Para que o animal não se movesse a ponto de provocar cortes nos “castroadores”, prendíamos a sua cabeça entre nossas pernas.

Na escola também nos ensinavam a cortar bicos de galinhas, que iriam para a postura, com lâminas incandescentes, para que elas não quebrassem os seus ovos. A culpa seria do bico da galinha, não da gaiola menor que uma página de jornal em que elas eram armazenadas, não raro com mais uma ou duas aves. O espaço de armazenamento deveria ser reduzido para ter uma alta produção por área, para suprir a demanda do produto. Ali, condenadas à prisão, elas viveriam mais três anos até que a pena de morte fosse cumprida. Esse tempo era menor para os frangos (definidos como de corte). Dois meses eram suficientes para eles adquirirem o peso ideal nos galpões superlotados. Nós apenas daríamos dar ração, água e retirar os cadáveres daqueles que morreram esmagados pelos seus companheiros na tentativa de se aquecerem na noite fria. Depois desse tempo, era necessário apenas jogá-los dentro de caixas plásticas e encaminhá-los ao abatedouro.

As vacas talvez fossem as menos infelizes (palavra não usada para animais, pois apenas humanos possuem alma para sentir algo. Como afirmou Descartes, para o bem da consciência humana). Elas apenas precisavam ser ordehadas duas vezes por dia, ficarem prenhas durante nove meses por ano para produzir leite e terem seus filhotes arrancados e mortos todos os anos, pois eles não valiam para carne.

Resisti três anos nesta escola. Escola essa que Elizabeth Costello, personagem de Coetzee (2002), compararia, não injustamente, a Auschwitz. Pensava que as pessoas me dariam maior credibilidade quando falasse sobre a exploração animal, pois eu aprendi dentro desse sistema. Mas no fundo, durante o curso, eu mesmo me dessensibilizei. Tudo se tornou normal, todas as práticas eram realizadas mecanicamente. Hoje vejo todos os absurdos que cometi, para alimentar a máquina da exploração, paga por todos aqueles que sentam confortavelmente em suas mesas, sem nunca pensarem em tudo que estão apoiando. No lado da produção há a dessensibilização, muitas vezes baseada na necessidade do dinheiro, do outro há a ignorância sobre a origem dos seus alimentos. Essa dessensibilização que sofreu ao aprender as técnicas da exploração animal para o consumo, também me ajuda a compreender muitos dos meus colegas no curso de biologia e tantos outros alunos nos cursos de veterinária, medicina, enfermagem e outros que, ao começarem os cursos, não se imaginam matando animais e, ao terminá-los, estão inseridos em laboratórios de bioquímica, fisiologia ou biofísica decapitando ratos com guilhotinas.

continuava a cegar a filosofia moral. Descartes (1596-1650), embora tenha criado um método para se libertar das ideias preconcebidas, não era exceção. Chegou primeiro a pensar que nada existia, porém se ele pensava, ele existia (DESCARTES, 2005b, p. 40; DESCARTES, 1999, p. 258). Ele, enquanto alma, existia, pois atribuiu apenas à alma a capacidade de pensar. Essa capacidade, para Descartes como também para outros filósofos da Antiguidade, era medida pela capacidade de falar. Dizia ele (DESCARTES, 2005b, p. 58-60) que era

realmente notável que não haja homens tão embrutecidos e tão estúpidos, sem mesmo excetuar os insanos, que não tenham a capacidade de ordenar diversas palavras e com elas compor um discurso, por meio do qual consigam fazer entender seus pensamentos e que, ao contrário, não haja outro animal, por mais perfeito e mais felizmente gerado que possa ser, que faça o mesmo.

Descartes (Ibidem, p. 60), para eliminar de vez por todas a atribuição da alma aos animais, continuava: “[não se] deve pensar, como alguns antigos, que os animais falam, embora não consigamos entender sua linguagem. Se fosse verdade, visto que possuem muitos órgãos que correspondem aos nossos, poderiam fazer-se compreender tanto por nós como por seus semelhantes”. Parece que Descartes não conhecia muito os animais como Porfírio conhecia. Não sabia interpretar as comunicações não verbais dos animais. Assim considerava os animais apenas corpo. Máquinas que eram regidas pelas leis da mecânica, sem nada sentir. Dizia que “todos os movimentos que fazemos, sem que para isso nossa vontade contribua ([...] todas as ações que nos são comuns com aquelas dos animais), [...] [são produzidos] da mesma maneira como o movimento de um relógio é produzido pela única força de sua mola e pela forma de suas cordas” (Descartes, 2005a, p. 40-41).

“A tese cartesiana jamais convenceu os cientistas, e menos ainda os leigos, que vivem em contato com os animais” (Felipe, 2007, p. 46), porém os cientistas da época tinham uma justificativa para realizarem seus experimentos sem questionar o uso de animais. A investigação científica do século XVII passa de um paradigma menos observacional e descritivo, para mais experimental e invasivo (RAYMUNDO & GOLDIM, 2002). Para um novo paradigma baseado na experimentação, era muito conveniente assumir a ideia de que animais não sentiam dor, ideia que se perpetua até hoje na ciência. Porém não foi por falta de críticas que ela se instaurou.

Quase um século depois, Marie Arouet (1694-1778), mais conhecido como Voltaire, critica o pensamento de animais-máquinas de Descartes. Para isso, ele (VOLTAIRE, 1978a, p. 96-97) invoca a capacidade de aprendizagem dos animais, como ca-

chorros e canários e compara os sentimentos e agonias dos animais, como um cachorro quando se perde do seu companheiro, com os percebidos em humanos. Escreve também que

da suposição de que os homens tinham continuamente ideias, percepções, concepções, decorria naturalmente que os animais também as tinham sempre, pois é incontável que um cão de caça tem a ideia de seu senhor, a quem obedece, e a da presa que lhe traz. É evidente que tem memória e que combina algumas ideias. Assim, pois, se o pensamento do homem fosse também a essência de sua alma, o pensamento do cão seria também a essência de sua alma; e se o homem tivesse sempre ideias, seria preciso que os animais também as tivessem sempre. Para resolver essa dificuldade, o fabricante dos turbilhões e da matéria estriada ousou dizer que os animais eram puras máquinas, procurando comer sem ter apetite, possuindo órgãos do sentimento para nunca experimentar sensações, gritando sem dor, testemunhando seu prazer sem alegria, possuindo um cérebro para não receber nele nem a mais leve ideia, e sendo, portanto, uma contradição perpétua da natureza (VOLTAIRE, 1978b, p. 301).

Voltaire critica também a vivissecção, que, como vimos, foi muito influenciada pelo pensamento cartesiano.

Algumas criaturas bárbaras agarram nesse cão, que excede o homem em sentimento de amizade; pregam-no numa mesa, dissecam-no vivo ainda, para te mostrarem as veias mesentéricas. Encontras nele todos os órgãos das sensações que também existem em ti. Atreve-te agora a argumentar, se és capaz, que a natureza colocou todos os instrumentos do sentimento no animal, para que ele não possa sentir? Dispõe de nervos para manter-se impassível? Que nem te ocorra tão impertinente contradição da natureza (VOLTAIRE, 1978a, p. 96-97).

Mais de dois séculos depois da publicação dessa obra, ainda vemos que pouco ou nada mudou. Talvez tenham substituído o animal. No lugar de pregar cães, hoje espeta-se ratos em placas de parafina.

O filósofo, contemporâneo de Voltaire, Hume (1711-1776), no seu *Tratado da natureza humana*, também revela as características psíquicas dos animais. Ele faz isso tanto se baseando em estudos anatômicos de humanos e outros animais quanto através da análise comportamental. Sobre os primeiros estudos, ele declara que, “quando a estrutura das partes é idêntica nos animais e nos homens e a ação destas partes também é a mesma, as causas desta ação não podem ser diferente” (2001, p. 382). Esta afirmação vai de encontro a Descartes, que dizia que as emoções nos animais eram mecânicas, enquanto que as humanas eram propriedade do espírito. Hume segue exemplificando

que um cão, “quando lhe bateram muito num lugar qualquer, ele tremerá ao aproximar-se desse lugar, mesmo que não descubra sinais de perigo atual” (Ibidem, p. 384). Ora, como pode alguém afirmar que animais não são passíveis de sofrimento? Já por esses filósofos isso era considerado absurdo, porém ainda hoje esse falso argumento é usado, muitas vezes, para tentar justificar eticamente metodologias que não são justificáveis.

Voltaire e Hume consideraram sobre a importância dos sentimentos para a filosofia da moral, deslocando a base da moral da razão, do falar para a capacidade de sofrer, presente em muitos animais. Nessa mesma linha de raciocínio, Jeremy Bentham (1748-1832), pai do Utilitarismo, como em premonição, descreve que

Entretanto, haverá algum motivo para se tolerar que os [animais] atormentemos? Sim. Vários (...), houve um tempo – lamentado dizer que em muitos lugares ele ainda não passou – no qual a maior parte da nossa espécie, sob a denominação de escravos, foram tratados pela lei exatamente no mesmo pé que, por exemplo na Inglaterra, as raças animais inferiores ainda são tratadas hoje. Pode vir o dia em que o restante da criação animal adquira aqueles direitos que nunca lhes deveriam ter sido tirados, se não fosse por tirania. Os franceses já descobriram que a cor preta da pele não constitui motivo algum pelo qual um ser humano pode ser entregue, sem recuperação, ao capricho do verdugo. Pode chegar o dia em que se reconhecerá que o número de pernas, a pele peluda, ou a extremidade do os sacrum constituem razões igualmente insuficientes para abandonar um ser sensível à mesma sorte. Que outro fator poderia demarcar a linha divisória que distingue os homens dos outros animais? Seria a faculdade de raciocinar, ou talvez a de falar? Todavia, um cavalo ou um cão adulto é incomparavelmente mais racional e mais social e educado que um bebê de um dia, ou de uma semana, ou de um mês. Entretanto, suponhamos que o caso fosse outro: mesmo nesta hipótese, que se demonstraria com isso? O problema não consiste em saber se os animais podem raciocinar; tampouco interessa se falam ou não; o verdadeiro problema é este: podem eles sofrer? (BENTHAM, 1989, p. 63).

Bentham, então, nega a teoria platônica de razão e moral. Para ele, é a capacidade de sofrer e de desfrutar as coisas a condição essencial para se falar de interesses de um modo significativo. Se um ser não tem capacidade de sofrer, então ele não possui interesses, pois nada que o faça poderá modificar o seu bem-estar. Assim, lembra Singer (1998, p. 71-72), “Se um ser sofre, não pode haver nenhuma justificativa de ordem moral para nos recusarmos a levar esse sofrimento em consideração”. É essa uma das bases que inclui os animais na discussão moral atual.

Enquanto Bentham, baseado em ideias filosóficas mais contemporâneas, fazia a filosofia da moral progredir, fundamentando-a para que outros seres conscientes de suas vidas e de suas necessidades também fossem respeitados, Immanuel Kant (1724-1804) seguia com as ideias de Tomás de Aquino. Afirmava que animais não eram seres autoconscientes e que, assim, eram apenas meios para um fim. “Este fim é o homem” (KANT, 1994, p. 28). Kant seguia o mesmo discurso tomista. Maltratar animais poderia ser errado não pelos animais, mas porque poderia ser exemplo para maltratar seres humanos (PAIXÃO, 2001, p. 52). O erro de Kant foi não admitir que os animais eram seres racionais, como já admitiram outros pensadores. Em outra obra, Kant não fala sobre os animais, mas afirma que “o homem, **e em geral todo ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio** para qualquer uso desta ou daquela vontade” (Kant, s/d. p. 78, negrito meu). Fica a dúvida: se Kant tivesse a certeza que nós temos hoje sobre a racionalidade nos animais, ele os consideraria apenas como meios aos fins humanos?

De qualquer modo, Schopenhauer (1788-1860), identificando o fundo religioso nos textos de Kant em relação aos animais serem meios para os fins humanos, critica-o de uma maneira muito clara:

Acho, junto com toda a Ásia não islamizada (ou seja, não judaizada), tais frases revoltantes e abjetas. Mostra-se, ao mesmo tempo, como esta moral filosófica que é, como foi acima exposto, uma teologia travestida depende totalmente da moral bíblica. A saber, porque a moral cristã não leva em consideração os animais. Estes estão de imediato também fora da lei na moral filosófica, são meras coisas, meros meios para fins arbitrários, por exemplo, para vivissecção, caçada com cães e cavalos, touradas, corrida de cavalos, chicoteamento até a morte diante de carroças de pedra inamovíveis etc. Que vergonha desta moral de párias, “schandalas” e “mletschas”, que desconhece a essência eterna que existe em tudo o que tem vida e reluz com inesgotável significação em todos os olhos que vêem à luz do dia. Porém aquela moral só reconhece e considera a única espécie que tem valor a que tem como característica a razão, sendo esta a condição pela qual um ser pode ser objeto de consideração moral (2001, p. 77).

Mesmo com todas as posições contrárias à teoria da inconsciência animal, esta “favoreceu a ciência experimental animal e estimulou o desenvolvimento de experimentos científicos com métodos que resultam em destruição de animais vivos, sem impor ao cientista quaisquer limites éticos” (FELIPE, 2008a, p. 74). Através da divisão mítica do mundo entre abençoados com alma e razão e seres que existem para serem usados, renegados para sempre da moral, estabeleceu-se o paradigma da experi-

mentação animal. Essa moral especista não apenas é inútil para proteger os animais, conscientes de seus interesses, dos atos bárbaros humanos, como também é usada como um mecanismo de absolvição moral perante uma sociedade especista. Sociedade esta que tem suas origens no interesse egoísta de dominar os outros seres e manter os humanos (e muitas vezes não tão genericamente humanos, mas gregos, brancos, homens e tantos outros detentores de poder em diversas épocas) em um pedestal de poder. Sobre essa moral, Felipe (2007b, p. 180), esclarece que nela

um mesmo sujeito, o humano, tem não apenas um, mas dois critérios morais distintos: um deles para justificar o atendimento de seus interesses especistas; outro para justificar a destruição de interesses e preferências de outros pelo simples fato de não pertencerem à “espécie moralmente certa”. O sujeito moral é um mesmo, mas tem duas caras, pois não admite que seus interesses sejam sacrificados para beneficiar interesses alheios, mas defende que interesses alheios sejam violentados para beneficiá-lo. A ética especista viola a um só tempo as três exigências estabelecidas pela razão para validar um princípio moral: imparcialidade, generalidade e universalidade.

Os cientistas passaram a servir apenas à ética do conhecimento e esqueceram da ética cívica e humana. O limite da ciência parecia invisível, assim “nós transpusemo-lo sem saber; é a fronteira para lá da qual o conhecimento traz com ele a morte generalizada: hoje, a árvore do conhecimento científico corre o risco de cair sob o peso dos seus frutos, esmagando Adão, Eva e a infeliz serpente” (MORIN, 1994, p. 30).

4 A educação como uma ferramenta para manutenção de paradigmas

Um assunto tão polêmico na história da filosofia moral, como o da vivissecção, não poderia ser tratado com tamanho desdém nas faculdades. Pouco ou nada se houve contra a vivissecção, tanto em aulas quanto em laboratório, durante os cursos das ciências da vida. Os cursos de Ciências Biológicas, Medicina Veterinária, Medicina e outros que, possivelmente, os profissionais trabalharão com animais deveriam oferecer alguma disciplina aos alunos sobre essas questões. Incentivar o pensamento crítico nos alunos e não apenas deixar que os professores reproduzam os ensinamentos de geração em geração, desde Claude Bernard, pai da fisiologia moderna, que conseguiu transformar a sua disciplina em um dos intocáveis mitos da ciência médica, através da experimentação animal (LEVAI & DARÓ, 2008, p. 46).

Vamos analisar alguns mecanismos que são usados na ciência, na educação de jovens pesquisadores, para manter a

experimentação animal com bases tão sólidas e inquestionáveis. Manter a experimentação animal verdadeiramente como um deus, em uma era de uma ciência mítica.

4.1 *Professores vivissectores: uma educação carente de pluralidade*

Os professores que hoje ensinam nas faculdades, em especial nas públicas, geralmente trabalham em laboratórios, com aquilo que eles ensinam. Isso é motivo de orgulho para essas faculdades, pois o professor não é apenas um expositor de conhecimento de livros, gerado por outras pessoas, mas também faz parte da máquina de produção científica. Porém, esse mesmo professor passou sua vida aprendendo e trabalhando com metodologias baseadas no paradigma especista do uso de animais. Sua vida, todo o seu trabalho, conhecimento e, principalmente, currículo foi construído sobre o assassinato¹⁶ de milhões de animais. Assassinato do qual o pesquisador foi absolvido no dia-a-dia, por viver numa sociedade tão especista quanto essa ciência. Muitas vezes, esses assassinatos nem se tornam “públicos”, ou seja, visíveis em relatórios, trabalhos, exposições ou artigos. Foi o que testemunhou Susin (2002), ao acompanhar os trabalhos em um laboratório de bioquímica de uma universidade do Rio Grande do Sul (p. 16). Neste laboratório, de três testes-pilotos para uma pesquisa de mestrado, apenas um foi aprovado. Mais de sessenta ratos foram mortos e nunca mencionados, nem na escrita da dissertação, nem na sua apresentação em um Seminário do Departamento (p. 34). A morte, ou o ato de matar,

16 Desculpe-me se o termo “assassinato” parece agressivo, mas não encontro um termo melhor e que corresponda à realidade. Geralmente, para animais, usa-se outras palavras para se retirar a imagem do ato. Quantas vezes ouvimos que o animal foi “eutanasiado” na pesquisa. Eutanásia, como sabemos, etimologicamente significa “boa morte” (*eu* – bom, *thanatos* – morte). Será que se alguém assistisse um assassino acabar com um humano aceitaria isso como uma eutanásia? E se esse assassino utilizasse um jaleco branco? Mesmo assim, não seria uma eutanásia. A eutanásia só pode ocorrer se for a vontade do paciente, e não como uma desculpa para se usar o corpo, ou para se eliminar alguém. Outro termo muito utilizado é “Sacrifício”, lembrando algo sagrado. Os animais são sacrificados em nome da ciência, novamente relacionando a ciência a um deus, a uma prática sagrada, mas a única relação que existe é o ato bárbaro de exterminar seres que não podem se defender: passar uma lâmina em seus pescoços, coletar seus sangues e separar seus órgãos, seja para um deus mítico, seja para um deus científico, e assim acabar com os interesses básicos de conviver com outros seres, de se movimentar livremente, de suprir suas necessidades. Mas, diferente dos lendários sacrifícios humanos para deuses, os métodos foram refinados. Hoje o assassinato não basta; além disso, é envolvido no sacrifício, drogas que circulam nos sangues dos animais, jejuns, exercícios prolongados, outros químicos que são pingados diretamente sobre o cérebro dos animais que tiveram seu crânio cortado, outros tantos sobre olhos, sobre a pele escarificada e tantos outros experimentos que possivelmente nem Josef Mengele, médico nazista famoso por coordenar estudos cruéis, e hoje considerados pouco úteis, com humanos, podia prever.

se torna tão naturalizado para os pesquisadores, que o número exato de animais utilizados não é pronunciado. Essa mesma naturalidade é transferida aos alunos durante o ensino. Ensinar os fatos como se fossem banais e inquestionáveis.

Sem ensinar contrapontos ao paradigma científico atual, transformam a educação superior em uma máquina de reproduzir pensamentos. A educação passa a ser análoga a brincadeira de infância chamada siga o mestre. Como diz Morin (1994, p. 41).

Encontramos aqui, no plano da Universidade, um fenômeno que a etologia (isto é, o estudo do comportamento animal) revelou claramente, que é o imprinting. É a famosa história dos passarinhos de Konrad Lorenz: a avezinha sai do ovo e, em seguida, ao lado do ovo passa, evidentemente, a mãe e ele segue-a. Para a avezinha, o primeiro ser que passa nas proximidades do ovo de onde ele sai é a mãe. Como era o gordo Konrad Lorenz quem passava ao lado do ovo, a avezinha tomou-o pela mãe e eis uma ninhada completa de avezinhas a correr atrás de Konrad Lorenz, convencidas de que se trata da mãe. É o imprinting, marca original irreversível que está impressa no cérebro. E nós sofreremos, na escola e na Universidade, imprintings terríveis, o que faz que, daí em diante, já não possamos libertar-nos deles. A partir daí, a invenção far-se-á naqueles que sofreram menos imprinting e que serão considerados como dissidentes ou desviados.

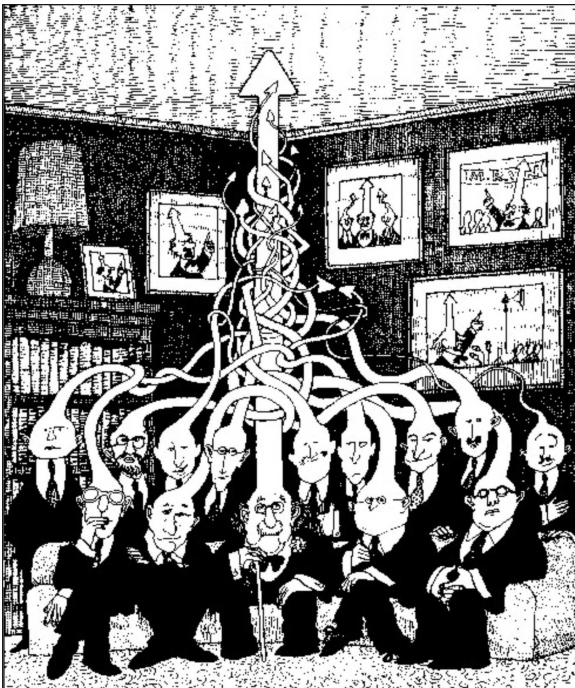


Figura 1: Quino, 2003.

Infelizmente, os professores e colegas não aceitam os alunos que sofreram menos *imprinting*. Estes são obrigados a realizar aulas práticas baseadas no assassinato de animais, geralmente oprimidos pelos professores e colegas que, acomodados com o sistema atual, não querem ver mudanças em seus currículos. Devido a essa imposição e à obrigação de realizar aulas com animais, muitos alunos acabam por sofrer dessensibilização (GREIF & TRÉZ, 2000, p. 38), ou seja, se acostumam com o fato de utilizar animais. Ferreira (2003, p. 19-20), acompanhando atividades de um laboratório de bioquímica, notou que muitos pesquisadores naturalizaram práticas de sacrifício de ratos. Outros ficavam apreensivos em relação aos sofrimento do animal, no entanto, em nenhum momento esses temas eram discutidos no espaço do laboratório. Como coloquei anteriormente, eu mesmo sofri uma grande dessensibilização em um curso técnico. Na aula de suinocultura (aprender manejos nada éticos para transformar porcos em alimentos), quando chegou o momento de aprender a dar injeção em leitões com quatro dias de idade, eu tive medo. Não queria continuar. Meus colegas faziam chacoletas e o professor, então, permitiu que eu treinasse em uma laranja antes de dar a injeção de ferro no filhote. Depois de muitas injeções na laranja, experimentei a primeira vez em um filhote. Enquanto eu injetava aquela solução de ferro no leitão, ejetava de mim qualquer sentimento de compaixão por aquele leitão. Essa injeção faz parte dos chamados “processos traumáticos” na suinocultura. Traumáticos não para o técnico, mas para o leitão recém-nascido. Junto da injeção, aprendi, e me dessensibilizei, a cortar as orelhas dos leitões para marcação, assim como cortar os dentes e o rabo. Depois a castrá-los a sangue frio, no décimo terceiro dia de vida. É visível esse processo de dessensibilização, e os professores sabem fazer muito bem uso dele. Transformando um ato que deveria gerar piedade no aluno (ou no técnico) em um ato normal, como se estivesse manejando uma laranja. Hoje, me dou conta desse processo, porém, enquanto ele acontecia, foi tudo natural. E me dou conta também em muitos dos meus colegas que, na primeira aula prática, ficaram chocados ao ter que mergulhar uma minhoca em éter, hoje, porém, trabalham em laboratórios de bioquímica decapitando ratos, ou em zoologia colocando formol em recipientes com peixes vivos, ou em biofísica, pingando substâncias no cérebro de rato, ou nos inúmeros outros laboratórios que se fortalecem no uso de animais.

Através dessa técnica de dessensibilização, tão visível nas ciências humanas e, principalmente, no curso de Medicina Veterinária, os professores tentam manter sempre os mesmos métodos de ensino. Assim, criam profissionais com a mesma visão sobre o mundo, transformando a educação em apenas treina-

mento, quase adestramento, no uso de técnicas. Com o treinamento do aluno e retirando a participação do mesmo na resolução dos problemas, acaba por gerar seres deslocados das mudanças, seres que apenas se adaptam a estas (FREIRE, 1992, p. 50; FREIRE, 2000, p. 117-122). Os alunos perdem a voz ativa na sala de aula e não possuem liberdade para questionar os professores. A universidade continua sendo o “templo do saber”, restrito apenas para “iniciados”, remontando à sua origem religiosa (PRADA, 2008, p. 23-25). Seguindo a mesma crítica, Morin (2000) observa que o primeiro buraco negro na nossa educação diz respeito ao conhecimento. Ele nos traz que “outras causas de erro são as diferenças culturais, sociais e de origem. Cada um pensa que suas ideias são as mais evidentes e esse pensamento leva a idéias normativas. Aquelas que não estão dentro desta norma, que não são consideradas normais, são julgadas como um desvio patológico e são taxadas como ridículas. Isso não ocorre somente no domínio das grandes religiões ou das ideologias políticas, mas também das ciências” (p. 2).

4.2 Protegendo a vivisseccção: o medo de uma educação com pluralidade de ideias

Os pesquisadores se interessam em fazer da ciência uma prática com bases inquestionáveis, sob pena de serem excomungados. É uma maneira de formatar os alunos e fazer com que os anos de trabalho dos pesquisadores não sejam destruídos por novas ideias. Os professores, no geral, identificam uma estrutura hierárquica que possibilita passar aos alunos o chamado “currículo oculto”, ideologias próprias dos professores são transmitidas aos alunos, seja pela afinidade, seja, mais seguidamente, pela imposição de ideias.

Muitos professores se mantêm em uma posição sagrada e intocável e se aproveitam dessa estrutura hierárquica para o exercício de poder sobre os alunos, podando as suas capacidades críticas e assim fortalecendo mais o paradigma dominante. Os professores esquecem a máxima de Popper que a ciência evolui pela refutação dos erros. Erros que são gerados pelos cientistas e substituídos por novos erros, porém erros menores (MORIN, 1994, p. 45). Mas quem gosta de admitir que errou? Que acreditou num paradigma que hoje não pode ser considerado correto ou eticamente aceitável? Mas, se não aceitarmos isso, lutaremos contra a principal regra do jogo da ciência, a refutabilidade. Sem admitir essa regra, a ciência deixa de ser ciência, para ser outra coisa, seguindo os mesmos princípios das religiões.

Vivendo religiosamente um paradigma científico, muitos cientistas “sagrados” conservam suas bases descartando tudo o que não se encaixa em suas teorias. Essa ciência é chamada, por Kuhn, de ciência normal e as teorias não explicadas por ela,

de anomalias. A teoria kuhniana também serve para explicar a evolução da educação científica. Muitos professores rejeitam os alunos que pensam diferente, com medo que suas bases ideológicas sejam afetadas. Porém, são esses alunos, que sofreram menos *imprinting*, os únicos capazes de exteriorizar as anomalias científicas. São alunos que não estão imersos totalmente no paradigma dominante, neste caso, o da vivisseção, e conseguem identificar seus erros e propor outros métodos de fazer ciência. Para Hassen (2007), baseando-se em Kuhn,

A mudança de um paradigma é uma revolução, e a ciência só progride por revoluções paradigmáticas, isto é, sinteticamente: a ciência só progride quando as anomalias se fazem notar, quando elas sacodem o cientista normal da sua tarefa monótona e fechada dentro dos procedimentos do paradigma. Assim, da crise, surgirá uma ideia, uma teoria que revolucionará a ciência, que instaurará por fim, um novo.

A pluralidade de ideias, de opiniões, deve ser o objetivo da educação, não o seu temor. Apenas em um campo intelectual aberto, onde novas teorias possam surgir, interagir e concorrer, surgirá pesquisadores capazes de analisar o mundo com uma visão mais genérica, sem um pensamento preso em uma ideologia ou um paradigma dominante. Um ambiente rico em debates e em pensamentos não deve ser temido, mas apoiado. Morin (1994, p. 28-29), coloca como condição do desenvolvimento científico a “manutenção e desenvolvimento do pluralismo teórico (ideológico, filosófico) em todas as instituições e comissões científicas”. Os professores, se realmente estão interessados no desenvolvimento científico, devem encarar novas ideias como desafios, apoiá-las e orientar trabalhos mesmo que não sigam as suas linhas de pensamentos. Devemos fazer da educação um campo onde novas ideias possam nascer, sem sofrer as ameaças de serem consideradas ridículas, insanas ou anti-científicas, apenas porque não compactuam com um paradigma dominante e, muitas vezes ultrapassado, mesmo que isso seja a custa da salvação dos cientistas que se apoiaram em paradigmas ultrapassados.

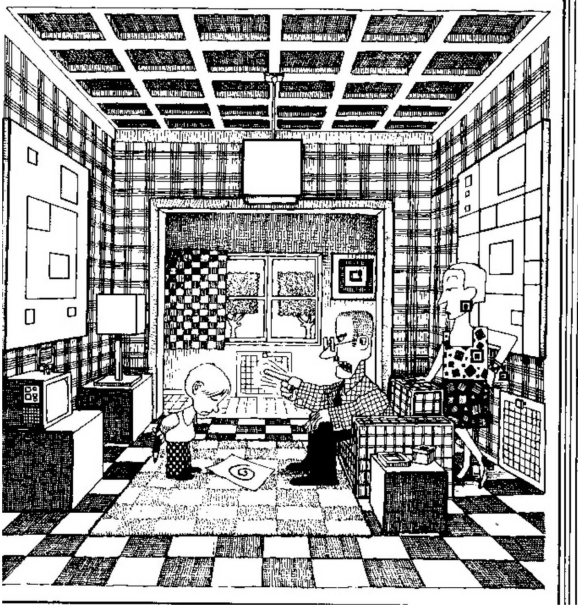


Figura 2: Quino, 2003

4.3 Um novo deus: a ciência como promessa de salvação

O homem sempre necessitou de um objetivo para justificar a sua vida, para tornar-se transcendente, e assim obter uma vida eterna, não cedendo ao poder do tempo: o esquecimento. Não é meu objetivo nesse texto falar sobre a competição que o homem tem com sua própria história, de sempre querer ser eterno e não ser esquecido, mas é importante analisarmos alguns aspectos para que possamos saber o porquê da ciência ter se tornado um deus na modernidade, no qual todos acreditam e depositam fé e esperança em seu futuro. O pensamento dos filósofos gregos, da Antiguidade, exceto dos epicuristas, era baseado em um deus *Cosmos*, transcendentes aos homens. Os homens morrem, mas o *Cosmos* continua, e para o *Cosmos* os homens voltarão. Essa era a ideia da salvação na Antiguidade, o motivo da existência humana. Assim o deus, a salvação, é iminente ao mundo, porém transcende aos homens. Esse deus *Cosmos*, divino dos gregos, no pensamento cristão, foi encarnado. João, no quarto evangelho, escreve “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito”. Esse pensamento está de acordo com o pensamento grego da Antiguidade. O *logos*, traduzido como Verbo, o Divino é iminente ao *Cosmos*. Mas a grande diferença se dá quando esse Verbo deixa de ser iminente ao *Cosmos*, para ser transcendente a ele, e pior, quando encarnou em um humano: “E o Verbo fez-se carne e habitou entre nós”. Podemos notar

uma mudança de sentido. O divino não é mais um ser impessoal, mas um ser pessoal, com nome, sobrenome e uma história. Essa foi a primeira mudança de sentido da salvação humana. Agora, as pessoas não acreditam mais em um deus *Cosmos*, mas na encarnação de Deus. E nele estará a salvação e a vida após a morte. Uma vida individualizada. Diferente novamente do deus *Cosmos*, quem morrer poderá se encontrar com os amigos com as mesmas feições de quando vivos. É uma promessa muito mais tentadora, diga-se de passagem. Mas eu fiz esse breve resumo, baseado em FERRY (2007), para chegar em outra mudança de sentido: o Iluminismo, a Idade da Luz.

A partir da segunda metade do século XVI até o final do século XVII, a Europa sofre grandes quebras de paradigmas. Para citar alguns nomes responsáveis por essas quebras, encontram-se Copérnico (1473-1543), Newton (1643-1727) e Galileu (1564-1642). A ideia de um mundo perfeito, central e regido por forças harmônicas, desabou. Aí surge a valorização da razão, da dúvida, do método, como já vimos em Descartes, anteriormente. Duvidar de tudo e estabelecer métodos de conhecimentos. Ferry (2007, p. 116-117) coloca que

ao mesmo tempo em que aniquilava os princípios das cosmologias antigas – afirmando, por exemplo, que o mundo não é acabado, fechado, hierarquizado e ordenado, mas um caos infinito e desprovido de sentido, um campo de forças e de objetos que se entrecrocavam sem qualquer harmonia –, a física moderna também fragilizou consideravelmente os princípios da religião cristã.

Os homens ficaram desorientados, sem pontos de referências, e tiveram que buscar em si a salvação, que antes era dada pelas religiões.

Uma das esperanças em encontrar a salvação era na ciência, que prometia dar o conhecimento do mundo e novamente estabelecer pontos de referências. A viviseção, como também já vimos, foi uma prática que prometia fazer o homem conhecer a máquina do corpo, através de Claude Bernard, essa prática foi incorporada no paradigma científico, na fisiologia, para os séculos seguintes. A ciência se tornou uma base sólida, na qual poderia dar respostas com lógicas extraídas do material, diferente dos conhecimentos religiosos. Ela se transformou em um Deus, para a crença daqueles que não mais eram crentes. Alguns se firmavam nela porque poderiam encontrar a salvação no conhecimento e, como muitos ainda buscam, talvez uma vida eterna pelos progressos. Pelo medo do fim, de tudo acabar, queremos mais medicamentos, mais técnicas que possam prolongar ao máximo a nossa vida, independente da qualidade e independente de quantos animais sejam mortos para isso. Para outros, a ciência se tornava uma salvação, pois eles eram eternizados a

partir de suas obras, como o próprio Claude Bernard, que até hoje é citado como Pai da Fisiologia, ou Descartes, que tentou esclarecer os fenômenos fisiológicos, mas apenas ficou no campo da filosofia, por ter suas concepções fisiológicas bastante duvidosas. A ciência alcança seu auge e se transforma na esperança da salvação para muitas mentes. Essa ideia hoje ainda persiste. Vemos hoje que, no meio acadêmico, os pesquisadores querem ser eternizados a partir de suas obras. Na sociedade, reina a esperança de uma vida longa, mesmo que artificializada através de máquinas e medicamentos. Estes, muitas vezes, apenas tentam corrigir o que uma vida de maus hábitos proporcionou. A ciência, então, se torna uma nova salvação.

A salvação no meio acadêmico, aquele onde os pesquisadores querem ser eternizados, é colocada em risco pela própria base de uma boa educação, como foi discutido anteriormente, a pluralidade de ideias. Professores não querem que seus métodos sejam discutidos, questionados. Se um paradigma é derrubado, são derrubadas todas as publicações baseadas nesse paradigma. E assim, a ideia da eternização dos pesquisadores também desmorona. Talvez esteja aí um dos motivos da academia ser tão reacionária com novas ideias, novas propostas, muitas vezes as ridicularizando.

Assim, enquanto uma parte de alunos e cientistas trabalham para eliminar um paradigma científico cartesiano-newtoniano que não abrange todos os serem merecedores de tratamento ético, outra “parte dos cientistas de hoje é, tal como diz a metáfora de Descartes, um exército de artesãos trabalhando loucamente para manter um edifício velho, esmigalhando-se, com alguma aparência de estar sendo reparado” (GRÜN, 1994, p. 174).

4.4 A construção de alunos posicionados: por uma ciência livre de preconceitos

Os alunos que possuem um firme posicionamento sobre o uso de animais, muitas vezes embasados na história da filosofia da moral, são taxados como radicais, alienados ou anticientificistas e aconselhados a desistir dos cursos. Esse posicionamento vai de encontro aos esforços atuais de se manter o paradigma da vivissecção, e não são poucos os pesquisadores que se beneficiam desse paradigma e que não querem que seus métodos de trabalhos sejam considerados ultrapassados. Os alunos que compartilham um pensamento antivivissecionismo geralmente não aguentam as pressões sofridas durante os cursos e as obrigatoriedade de aulas com animais. Esses alunos acabam por desistir das suas carreiras nos cursos que se utilizam animais e partem para outras que nada possuem em comum. Já recebi talvez centenas de mensagens de pessoas que começaram a cursar Enfermagem, Biologia, Veterinária, entre outros cursos, e desistiram, por não suportar as aulas. Esses alunos não podem de-

sistir de seus cursos, pois acabarão por entregá-los apenas para profissionais dessensibilizados. Freire (2005, p. 28) diz que “o radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em ‘círculos de segurança’, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical, quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la”.

Os professores, como já vimos, deveriam incentivar os alunos que não compactuam com essas práticas, propor outros trabalhos e desenvolver outras linhas de pesquisa para substituir o paradigma dominante. Mas não é isso que encontramos, com raras exceções. A maioria dos professores se esforça para manter o paradigma atual, mesmo ele, como já vimos, sendo especista, desconsiderando os interesses conscientes de seres que não podem falar e se fazer compreender por alguma maneira objetiva. Além disso, alguns livros de bioética, que deveriam explorar e mostrar as discussões morais de uma maneira mais contextualizada e seguindo uma lógica filosófica, são escritos por cientistas que mantiveram toda a sua vida e currículo sobre o uso de animais nos laboratórios. Num *Dicionário de Bioética*, vemos que a parte dedicada à experimentação animal é extremamente tendenciosa. O artigo “Experimentação animal”, escrito por Silvio Garattini, renomado farmacólogo Italiano, fundador do Instituto de Pesquisa Farmacológica Mario Negri, defensor da experimentação animal (GARATTINI, 2003), possui vários jargões especistas, como “os argumentos éticos contrários à experimentação animal são destituídos de fundamento, porque o primeiro dever do homem é o de proteger a sua espécie” (GARATTINI, 2001, p. 467). Assim também deveríamos, através da lógica, estender esse argumento para o racismo ou o sexismo. Poderíamos dizer que o primeiro dever dos brancos é o de proteger a sua raça ou o primeiro dever dos homens é proteger seu gênero. Essas justificativas possuem apenas uma base: o preconceito. E, sobre a mudança para abolir o preconceito, Singer (1998, p. 71) consegue com muito sucesso esclarecer porque é tão difícil essa mudança:

Para nós, é fácil criticar os preconceitos de nossos avós, dos quais os nossos pais se libertaram. É mais difícil nos distanciarmos de nossos próprios pontos de vista, de tal modo que possamos, imparcialmente, procurar preconceitos entre as crenças e os valores que defendemos. O que se precisa, agora, é de boa vontade para seguir os argumentos por onde eles nos levam, sem a ideia preconcebida de que o problema não é digno de nossa atenção.

Hoje, o racismo e o sexismo são inadmissíveis socialmente. Tratar uma pessoa de maneira diferente apenas pela cor da sua pele ou por qual aparelho genital possui entre as pernas é considerado um dos maiores absurdos que já houve. Porém, não pensamos que os interesses dos animais mereçam respeito e, muitas vezes, nem paramos para pensar sobre como nossos

atos os influenciam. Criticamos nossos bisavós por terem sido senhores de escravos, porém não nos conseguimos distanciar dos nossos costumes e analisar os biotérios de nossas universidades que, diferentemente de uma senzala, os seres que lá sofrem com a falta de liberdade e autonomia só sairão para servir de objetos em nossos laboratórios ou aulas práticas. Criticamos nossas avós porque não lutaram pelo direito de falar, porém não lutamos por todos aqueles que sofrem mudos nos laboratórios de biofísica, bioquímica, psicologia comportamental, entre tantos outros.

Embora o racismo e o sexismo sejam inaceitáveis, os pioneiros contra esses costumes sofreram muitas represálias e as ideias de mudanças não foram prontamente aceitas pela sociedade. Mary Wollstonecraft, pioneira contra o sexismo na Inglaterra, em 1792 escreveu o “A vindication of the Rights of woman” [Uma defesa dos Direitos das Mulheres], no qual, além de reivindicar educação para meninas, tratava sobre a posição degradante da mulher na sociedade, a igualdade entre os sexos e o direito da mulher em trabalhar. Poucas semanas depois de M. Wollstonecraft publicar o seu livro, surgiu uma paródia anônima chamada “A vindication of the Rights of Brutes” [Uma defesa dos Direitos dos Brutos], que após foi atribuída ao filósofo Thomas Taylor, um eminente filósofo de Cambridge (ALLEN, 1997). Taylor aplicava todos os argumentos de Wollstonecraft para os animais, tentando, assim, ridicularizar a sua obra e, possivelmente, desviando o foco da discussão. Dizia ele que, se o argumento a favor da igualdade valia quando aplicado às mulheres, por que não o seria para os outros animais? Mary poderia replicar dizendo que há muitas diferenças entre homens e animais, mas nenhuma importante em relação às mulheres e homens. Essa resposta estaria correta, porém até certo ponto. Certamente, há diferenças entre os interesses de homens e animais, como votar para a presidência ou cursar uma universidade, porém também há muitas semelhanças, como o interesse de não sentir dor e sofrer e de ser livre, e é aí que se aplica o princípio ou argumento da igualdade (SINGER, 2004, p. 1-8). Singer (1998, p. 71-72) ainda afirma que “a dor e o sofrimento são coisas más e, independentemente da raça, do sexo ou da espécie do ser que sofre, devem ser evitados ou mitigados”.

Considerações finais

Nesse texto, tentei trazer a vocês um pouco das nossas pesquisas, leituras e conclusões sobre a formação do paradigma vivisseccionista na ciência e como ele vem se mantendo. Há grandes forças de interesses, tanto na parte da sociedade quanto na parte científica, em considerar os animais seres destituídos de interesses, valores e direitos. Analisamos como se formou

uma moral especista, a partir de, possivelmente, a análise de obras morais de Aristóteles voltada para a organização das cidades. As obras biológicas, nas quais há estudos sobre o comportamento animal, foram esquecidas, na passagem para a Idade Média. Os filósofos dessa época mantiveram a ideia de animais sem almas (como também foram julgados, e condenados, a não ter alma muitos seres humanos que não se encontravam no poder, como os nativos americanos e os africanos, durante séculos). Essa ideia foi então jogada para a ciência, já transformada em um deus com as revoluções científicas da Modernidade. Ela tomou, então, o papel da Salvação humana.

A ciência, que possuía como um de seus princípios, sempre duvidar e colocar em prova todas as teorias, passou a aceitar paradigmas incontestáveis. Entre eles, o da vivissecção. O uso de animais. Hoje, fazemos fortes críticas a essas maneiras de produzir e desenvolver conhecimentos. Técnicas sem moral, na qual esquecem que muitos animais possuem consciência sobre seus interesses. Possuem os interesses básicos em conviver com outros animais, com os seus habitats, em procurar água, comida, interesses básicos também presentes no homem e respeitados por normas éticas. Essas normas, para que nossa ética não seja preconceituosa e inválida, devem ser universalizadas e estendidas a todos aqueles que possuem essas condições, sejam eles humanos, ou não.

Também coloco um pouco da minha experiência, de um aluno que já sofreu uma grande dessensibilização em relação aos animais. Que tinha compaixão, pena e que jamais gostaria de machucar um outro ser capaz de sofrer, porém se acostumou com os fatos e passou a fazer ferimentos, a sangue frio, considerados comuns nas práticas agropecuárias. Essa experiência, embora vergonhosa, ajudou-me a compreender como funciona o processo utilizado por muitos professores para transformar aqueles sentimentos que diversos alunos possuem ao entrar na graduação, os sentimentos de querer ajudar os animais, em obrigações de matá-los para estudá-los. Transformando alunos em reprodutores de metodologias antigas, fazendo com que as práticas vivisseccionistas continuem presentes na ciência.

Juntamente com essas experiências, falo também como aluno de Biologia, que testemunhou o abuso de poder que muitos professores usam para obrigar os alunos a realizar as práticas com animais, fazendo com que esses se rendam aos mecanismos herdados de Claude Bernard. Assim esses professores acabam por retirar da educação um de seus princípios: a pluralidade de ideias, e da ciência a sua base: a autocrítica.

“O choque foi tão grande que após mais de vinte anos Juliana ainda lembra todas as passagens e sentimentos daquele dia. Ela se sujeitou àquela situação por pensar que estava sozinha e que não tinha como discutir os métodos de ensino de seu pro-

fessor. Hoje, ela sabe de toda a discussão filosófica sobre o estatuto moral dos animais, conhecimento que foi lhe negado durante a faculdade. Os professores queriam formar pesquisadores que mantivessem o paradigma científico atual, para que seus esforços, anos de trabalhos e currículos não fossem perdidos. Talvez se ela soubesse de todas as contestações éticas sobre os métodos de ensino, ela pudesse ajudar a quebrar aquele paradigma eticamente frágil, porém agora a ela só resta instruir os novos futuros cientistas a se distanciarem dos seus interesses e analisar imparcialmente a qual paradigma científico eles estão servindo.”

Referências bibliográficas

ALLEN, Graham. ‘The Mother of Feminism: A Contemporary Wollstonecraft?’ – Mary Wollstonecraft, *The vindications: the rights of men, the rights of woman*. D. L. Macdonald; Kathleen Scherf (Ed.). Peterborough, Ontario: Broadview Press, 1997. Disponível em: <http://www.erudit.org/> Acessado em: 21/02/2008.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. 238 p.

_____. *Metafísica*. In: ARISTÓTELES, *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 329 p.

_____. *Política*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 312 p.

_____. *Historia animalium*. [University of Virginia Library], Electronic Text Center, 2001. Disponível em: etext.lib.virginia.edu/modeng. Acesso em: 17/02/2008.

_____. *Tratado del alma*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, Argentina, 1944. 264 p.

BENTHAM, Jeremy. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. In: BENTHAM, J.; MILL, J. S. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação; Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. 255 p.

BRÜGGER, Paula. Amigo Animal: *Reflexões interdisciplinares sobre educação e meio ambiente/Animais, Éticas, Dieta, Saúde, Paradigmas*. Florianópolis, SC: Ed. Letras Contemporâneas, 2004. 159 p.

COETZEE, John Maxwell. *A vida dos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 148 p.

DESCARTES, René. *Meditações*. In: DESCARTES, René. *Discurso do método; As paixões da alma; Meditações*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. 334 p. (p. 232-334).

_____. *As paixões da Alma*. São Paulo: Editora Escala, 2005a. 143 p. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal).

_____. *Discurso do método*. São Paulo: Editora Escala, 2005b. 77 p. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal).

FELIPE, Sônia Teresinha. *Por uma questão de princípios: alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003. 216 p.

_____. Ética e Experimentação Animal: *Fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007a. 351 p.

_____. Igualdade preferencial. Parâmetros da concepção ética de Peter Singer. In: DE CARVALHO, Maria Cecília Maringoni (Org.). *O utilitarismo em foco: um encontro com seus proponentes e críticos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007b. 303 p. (p. 167-200).

_____. O estatuto dos animais usados em experimentos: da negação filosófica ao reconhecimento jurídico. In: TRÉZ, Thales (Org.). *Instrumento Animal: O uso prejudicial de animais no ensino superior*. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

FENICHEL, Otto *Teoria psicanalítica das neuroses*. São Paulo; Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Atheneu, 2000. 665 p.

FERREIRA, Cristina Bernardes. 2003. *Sacrifício de animais na pesquisa: Como pensam e agem os pesquisadores/as de um laboratório de bioquímica*. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas / Ênfase Molecular, Celular e Funcional) – Faculdade de Ciências Biológicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, RS. Orientador: Prof. Dr. Diogo Onofre Souza. 36 p.

FERRY, Luc. *Aprender a viver: Filosofia para os novos tempos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 302 p.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 21. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992. 150 p.

_____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2000. 134 p.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2005. 184 p.

GARATTINI, Silvio. Experimentação animal. In: LEONE, Salvino; PRIVITERA, Salvatore; CUNHA, Joerge Teixeira da. *Dicionário de Bioética*. Vila Nova de Gaia, Portugal: Editorial Perpétuo Socorro, 2001. (p. 465-467).

_____. *La sperimentazione animale indispensabile per la medicina*. 2003. Disponível em: www.marionegri.it Acessado em: 25/02/2008.

GREIF, Sérgio; TRÉZ, Thales. 2000. *A verdadeira face da experimentação animal*. Rio de Janeiro: Sociedade Educacional “Fala Bicho”. 200 p.

GRÜN, Mauro. Uma discussão sobre valores éticos em educação ambiental. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 171-196, 1994.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. *Pelo progresso da Ciência*. 2007. Disponível em: www.gaepoa.org Acessado em: 25/02/2008.

KANT, Immanuel. *Fundamentos da metafísica dos costumes*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. 130 p.

_____. We have only indirect duties to animals. In: *Environmental ethics: readings in theory and application*. Louis P. Pojman (ed.), 1994. 504 p.

LEVAI, Laerte Fernando; DARÓ, Vânia Rall. Experimentação animal: histórico, implicações éticas e caracterização como crime ambiental. In: TRÉZ, T. (Org.). *Instrumento Animal: O uso prejudicial de animais no ensino superior*. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Portugal: Publicações Europa-América, LDA, 1994. 263 p.

_____. *Os sete saberes à educação do futuro*. Disponível em: www.se-duc.mt.gov.br Acesso em: 03/01/2009.

NACONECY, Carlos Michelon. *Ética e Animais: um guia de argumentação filosófica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. 234 p.

PAIXÃO, Rita Leal. *Experimentação animal: razões e emoções para uma ética*. 2001. 189 f. [Doutorado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública; 2001. Disponível em: <http://portalteses.cict.fiocruz.br/> acesso em: 18/02/2008.

PORFIRIO. *Sobre la abstinencia*. Madri, Espanha: Editorial Gredos, 1984. 233 p.

PRADA, Irvênia Luiza de Santis. Os animais são seres sencientes. In: TRÉZ, Thales (Org.). *Instrumento Animal: O uso prejudicial de animais no ensino superior*. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

QUINO. *Não fui eu!* São Paulo. Martins Fontes, 2003. 128 p.

RAYMUNDO, Márcia Mocellin; GOLDIM, José Roberto. *Ética da pesquisa em modelos animais*. Revista Bioética, vol. 10. nº 1. 2002. p. 31-44. Disponível em: www.portalmedico.org.br Acessado em: 21/02/2008.

REGAN, Tom; SINGER, Peter. *Animal rights and human obligations*. Prentice Hall, 1989.

RHODEN, Cláudia Ramos. et. al. Eutanásia em animais de laboratório. In: RHODEN, Ernani Luís; RHODEN, Cláudia Ramos (Org.). *Princípios e técnicas em experimentação animal*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. 567 p.

SALISBURY, J. E. Changing Attitudes throughout History. 1998. In: BEKOFF, Marc.; MEANEY, Carron. A. (Org.). *Encyclopedia of Animal Rights and Animal Welfare*. 1998. Westport, CT, EUA. Connecticut: Greenwood Press. p.76-83.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o fundamento da moral*. 2. ed. São Paulo. Martins Fontes. 2001. 226 p.

SINGER, Peter. *Ética prática*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1998. 399 p.

_____. *Libertação animal*. Porto Alegre, São Paulo: Lugano, 2004. 357 p.

STRATHERN, Paul. *Aristóteles (384-322 a.C.) em 90 minutos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

SUSIN, Loredana. 2000. *Um estudo sobre a produção do conhecimento científico em um laboratório de pesquisa em bioquímica*. Dissertação (Mestrado em Bioquímica) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Biológicas: Bioquímica – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. Orientador: Dr. Diogo Onofre Souza. 40 p.

VOLTAIRE. Dicionário filosófico. In: VOLTAIRE. *Cartas inglesas; Tratado de metafísica; Dicionário filosófico; O filósofo ignorante*. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978a. (Os pensadores).

_____. O filósofo ignorante. In: VOLTAIRE. *Cartas inglesas; Tratado de metafísica; Dicionário filosófico; O filósofo ignorante*. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978b. (Os pensadores).



Róber Freitas Bachinski é natural de Santa Maria/RS. Graduando em Ciências Biológicas, pela UFRGS, participa da pesquisa “Estratégias substitutivas ao uso de animais no ensino e pesquisa”, orientado pela Profa. Dra. Nádia Geisa Silveira de Souza, Professora do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Tem trabalhos em andamento sobre objeção de consciência, ética animal, história da relação homem/outros animais e metodologias substitutivas ao uso de animais no ensino e pesquisa. Atualmente, também participa como colaborador na ONG Interniche, grupo Brasil (www.internichebrasil.org), e no Grupo pela Abolição do Especismo de Porto Alegre (www.gaepoa.org).
E-mail: rober.bachinski@gmail.com

-
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero